

1 Ata da Reunião Ordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João
2 – CBHLSJ. Ao décimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às dez
3 horas da manhã, iniciou-se a reunião via videoconferência, tendo como pauta os
4 seguintes assuntos: **1 - Aprovação da minuta de ATA de reunião de 15/05/2020; 2 -**
5 **Aprovação das minutas de resoluções do CBHLSJ: a) Aprova recursos financeiros**
6 **no montante de R\$ 716.605,51, para Projeto de Reflorestamento de Mananciais na**
7 **Bacia Hidrográfica do Rio São João (RH VI); b) Cria a Câmara Técnica de**
8 **Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; c) Cria o Grupo**
9 **de Trabalho para Análise de Estudos sobre Transposição (GT Transposição); d)**
10 **Cria o Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança**
11 **(GT Cobrança) 3 - Composição e agendamento da primeira reunião da Câmara**
12 **Técnica de Gerenciamento Costeiro; 4 - Informações sobre a atual situação do**
13 **CILSJ; 5 - Atualização sobre o Estudo Hidrodinâmico da Laguna de Araruama,**
14 **da Prolagos; 6 - Homologação da entrada da FIRJAN no Setor Usuários do CBH**
15 **LSJ; 7 - Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, conforme
16 comprovação de presença: Sra. Lívia Soalheiro (SEAS); Sra. Miriam Branco (INEA);
17 Sra. Ana Paula Araújo Pereira (FIPERJ); Sra. Ana Paula Rodrigues de Souza (P.M.A.);
18 Sra. Daiana Paula da Silva Cabral (P.M.S.P.A.); Sr. Ezequiel Moraes dos Santos
19 (P.M.S.J.); Sr. Luiz Carlos Teixeira Junior (P.M.C.F.); Sr. Diego Américo de Moraes
20 (OAB-Iguaba Grande); Sra. Kátia Regina Martins de Souza Lima (MOMIG); Sr.
21 Arnaldo Villa Nova (Associação Viva Lagoa); Sr. Pedro Paulo (Associação Raízes); Sr.
22 Eduardo Gomes Pimenta (UVA); Sra. Nathália Bragança (Concessionária Águas de
23 Juturnaíba); Sra. Gabriela Negreiros Coutinho (Prolagos); Sra. Amanda Mendes
24 Bulhões Barbosa (Prolagos); Sra. Mayná Coutinho Morais (CEDAE); Sr. Francisco da
25 Rocha Guimarães Neto (APAAPP); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de
26 Pescadores Z-29 Iguaba Grande); Sr. Fernando Barbosa da Silva (Clube Náutico de
27 Araruama); Sr. Sérgio Yamagata (Firjan); Sra. Marianna Cavalcante (CILSJ); Sra.
28 Jéssica Berbat (CILSJ); Sr. Tomás Baggio (CILSJ); Sr. Victor Hugo Andrade (CILSJ);
29 Sra. Samara Miranda (CILSJ); Sr. Emídio Fernandes de Souza (Associação Raízes); Sr.
30 Natália Moraes (P.M.S.J.); Sra. Mariana Botelho (FIPERJ); Sra. Priscila Amaro
31 (Associação Raízes); Sra. Fernanda Peres (SAAE-RO); Sra. Carolina Régis (UFF); Sr.
32 Evanildo (P.M.A.B); Sra. Vilma (INEA); Orlando Pacheco (NEA-BC); Sr. José Ricardo
33 de Souza (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia). O Sr. Leandro
34 Coutinho iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e solicitou a inversão de
35 pauta, visando aguardar a chegada de mais membros do Comitê para participarem dos
36 pontos de pauta com aprovações, iniciando, então, a discussão pelo item 3 –
37 Composição e agendamento da primeira reunião da Câmara Técnica de Gerenciamento
38 Costeiro, sem oposição, foi realizada a inversão. Questionou, então, aos membros
39 presentes, quem teria interesse em compor a Câmara Técnica em questão, e lembrou
40 que o seu Coordenador seria escolhido na primeira reunião desta. A Sra. Ana Paula, da
41 Prefeitura Municipal de Araruama, e a Sra. Daiana Cabral, da Prefeitura Municipal de
42 São Pedro da Aldeia, manifestaram interesse em participar. O Sr. Eduardo Pimenta,
43 Vice-Presidente do CBHLSJ, informou que as instituições interessadas deveriam
44 encaminhar a indicação dos seus representantes via ofício ou e-mail para o CILSJ, e
45 sugeriu que a manifestação fosse realizada até a data da primeira reunião,
46 preferencialmente, mas que seria permitido fazer após. A Sra. Marianna Cavalcante
47 reiterou a fala do Sr. Eduardo Pimenta, elucidando o procedimento a ser adotado e listou
48 as instituições que já haviam manifestado interesse via e-mail, sendo elas: Fiperj, SEAS,

49 Prefeitura Municipal de Armação de Búzios, IFF Cabo Frio, UVA, CAJ e ALA, e que a
50 reunião deveria ser marcada atendendo a essas instituições. Questionados sobre uma
51 data para a primeira reunião da Câmara Técnica Gerenciamento Costeiro, ficou definido
52 que a reunião aconteceria no quinto dia do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às
53 dez horas da manhã, a princípio por videoconferência, mas podendo ser realizada
54 presencialmente na Universidade Veiga de Almeida, caso a situação permitisse.
55 Abordando o item 4 - Informações sobre a atual situação do Consórcio Intermunicipal
56 Lagos São João - CILSJ, O Sr. Leandro Coutinho contextualizou a situação, explicando
57 que nenhuma Entidade Delegatária tem recebido repasse de recursos desde dezembro de
58 dois mil e dezenove, por conta do decreto que estava sendo proposto pela Secretaria de
59 Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro - SEAS. Elucidou também
60 que, segundo o Instituto Estadual do Ambiente - INEA, haveria uma pendência em um
61 processo do CILSJ de dois mil e doze, referente ao Comitê Macaé, e que esta pendência
62 seria o segundo motivo pelo qual não o recurso não está sendo repassado para o
63 Consórcio. Informou, por fim, que o CILSJ estava levando a situação à ciência do
64 Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPRJ. O Sr. Eduardo Pimenta
65 corroborou com a fala do Sr. Leandro Coutinho, comunicou, também, que a situação
66 estava sendo acompanhada e discutida no Fórum Fluminense de Comitês de Bacias
67 Hidrográficas - FFCBH e no Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio
68 de Janeiro – CERHI-RJ. A Sra. Marianna Cavalcante ratificou a fala de ambos,
69 concluindo que esta era a situação atual do CILSJ e que estavam aguardando os
70 encaminhamentos que seriam dados tanto pelos entes do Sistema quanto pelo MPRJ.
71 Não havendo mais considerações, passou-se para o item 5 - Atualização sobre o Estudo
72 Hidrodinâmico da Laguna de Araruama, da Prolagos, O Sr. Leandro Coutinho
73 relembrou da apresentação do Estudo Hidrodinâmico feita pela Prolagos, por
74 videoconferência, resumindo seu conteúdo e destacando alguns pontos importantes.
75 Acrescentou que havia solicitado que, posteriormente, a apresentação deste Estudo fosse
76 realizada os demais membros do CBHLSJ, de forma presencial. A Sra. Gabriela
77 Negreiros, da Prolagos, afirmou que pretendem, futuramente, fazer essa apresentação de
78 forma presencial. Entretanto, para que não fosse postergado por mais tempo este assunto
79 e a entrega deste Estudo, decidiram viabilizar a primeira apresentação virtual e gravada.
80 Esclareceu que todos os relatórios foram encaminhados aos presentes no dia da
81 apresentação, e que poderiam ser compartilhados para todos os membros do Comitê,
82 pois se tratava de um estudo público, realizado por uma instituição pública, e
83 patrocinado pela Prolagos. Elucidou que o Estudo trazia seis cenários de soluções
84 diferentes para as problemáticas da Lagoa de Araruama, cada um com seus respectivos
85 impactos e melhorias, e que deveriam ser discutidas quais ações seriam tomadas à
86 priori. Informou que os professores responsáveis pela elaboração do Estudo estão à
87 disposição para sanar dúvidas, podendo essas serem encaminhadas via e-mail. O Sr.
88 Orlando Pacheco questionou se nesse Estudo era mencionado a abertura do Canal, na
89 altura da Ponta do Costa, para a revitalização da bacia da Praia do Siqueira. A Sra.
90 Gabriela Negreiros afirmou que o Estudo abordava os problemas discutidos nas
91 reuniões anteriores e que a situação questionada, provavelmente, foi contemplada com a
92 dragagem, mas iria confirmar a informação. O Sr. Francisco Guimarães, Presidente da
93 Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória, ressaltou que as
94 anotações de campo do Estudo foram feitas em um período atípico dos outros, na qual
95 aconteceram vários eventos que poderiam ter comprometido a qualidade da água, como
96 as grandes ressacas que aconteceram do verão ao outono, a diminuição da quantidade de

97 lançamentos de efluentes devido à pandemia e o aumento do índice pluviométrico da
98 Lagoa de Araruama, devido a fortes ventos, possivelmente interferindo nos resultados
99 finais. Sendo assim, sugeriu que fosse feito novos levantamentos de campo. Finalizou,
100 recomendando que fosse colocado como ponto de pauta da primeira reunião do GT
101 Transposição, o estudo de viabilidade de emissários em Arraial do Cabo e no Rio Una.
102 A Sra. Gabriela Coutinho afirmou que o Estudo apresentado tratava-se de um estudo
103 preliminar, e que para a realização de uma obra deste porte seria necessária à elaboração
104 de um Estudo de Impacto Ambiental. Elucidou que ainda não havia um projeto básico
105 ou executivo, sendo estes o próximo passo. Entretanto, o objetivo deste Estudo seria
106 entender como funcionaria uma pluma de emissário naquele local, de forma a apresentar
107 mais um cenário de possibilidade de transposição de efluentes, e que outros cenários
108 poderiam ser criados, uma vez que a Lagoa de Araruama encontrava-se totalmente
109 mapeada e dimensionada. Complementou que o Estudo também levou em consideração
110 os levantamentos de dados científicos de outros anos, além do período atípico citado
111 pelo Sr. Francisco Guimarães, que foram realizados pelo Instituto Nacional de
112 Pesquisas Espaciais - INPE e por Estações Meteorológicas credenciadas. Por fim,
113 informou que as dúvidas sobre os dados compilados no Estudo seriam repassadas para
114 os professores responsáveis. O Sr. Leandro Coutinho ressaltou que uma das resoluções
115 que seria votada naquela plenária, tratava da criação do Grupo de Trabalho de
116 Transposição, na qual abordaria e acompanharia os desdobramentos relacionados a este
117 assunto. Agradeceu as contribuições e informou que o Estudo estaria disponível no
118 CILSJ e quem tivesse interesse, poderia solicitá-lo. O Sr. Eduardo Pimenta mostrou-se
119 satisfeito com o Estudo, e concluiu apontando alguns pontos importantes e ressaltando
120 que o momento era de concentrar os esforços para definir a ordem de prioridade das
121 medidas apresentadas. O Sr. Leandro Coutinho prosseguiu, abordando o item 6 –
122 Homologação da entrada da FIRJAN no Setor Usuários do CBHLSJ -, dando as boas
123 vindas ao Sr. Sérgio Yamagata e ressaltando a importância desta instituição para o
124 CBHLSJ. O Sr. Sérgio Yamagata, representante indicado pela Firjan, agradeceu as boas
125 vindas dadas pelo Presidente, Sr. Leandro Coutinho. Em seguida, retornou-se para o
126 primeiro ponto de pauta, sobre a Aprovação da Minuta de ATA de reunião da Plenária
127 realizada no dia 15/05/2020, o Sr. Leandro Coutinho questionou aos presentes se
128 haveria alguma ressalva. O Sr. Eduardo Pimenta ressaltou a importância da ata em
129 questão, pois a mesma corroborava a possibilidade da revisão do marco regulatório da
130 pesca de camarão para todo o território nacional, com a participação efetiva do setor
131 pesqueiro. Sem nenhuma manifestação contrária, a ata em questão foi aprovada.
132 Passando-se para o próximo item, sobre a Aprovação das Minutas de Resolução do
133 CBHLSJ, abordou-se a resolução do item “a”, que aprova recursos financeiros no
134 montante de R\$ 716.605,51 (setecentos e dezesseis mil, seiscentos e cinco reais e
135 cinquenta e um centavos), para Projeto de Reflorestamento de Mananciais na Bacia
136 Hidrográfica do Rio São João (RH VI), a Sra. Jéssica Berbat fez a leitura do texto da
137 resolução. O Sr. Leandro Coutinho questionou aos presentes sobre a aprovação desta
138 resolução, pedindo que manifestassem via *chat*. Os seguintes representantes
139 manifestaram-se a favor da aprovação da resolução, via *chat*: O Sr. Francisco
140 Guimarães (Apaapp); A Sra. Daiana Cabral (P.M.S.P.A); O Sr. Luiz Teixeira
141 (P.M.C.F); A Sra. Ana Paula Araújo (FIPERJ); A Sra. Gabriela Negreiros
142 (PROLAGOS); A Sra. Lívia Soalheiro (SEAS); A Sra. Natália Moraes (P.M.S.J). O Sr.
143 José Ricardo (Associação dos Pescadores Artesanais da Praia da Baleia); Fernanda
144 Peres (SAAE – RO); O Sr. Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 – Iguaba

145 Grande); A Sra. Nathália Bragança (CAJ); O Sr. Fernando Barbosa (CNA); A Sra. Ana
146 Paula (P.M.A). Sendo, assim, aprovada a resolução do item “a”. A Sra. Daiana Cabral
147 manifestou interesse na realização de um projeto semelhante na Bacia do Una, e
148 destacou que as reuniões do Subcomitê do Rio Una deveriam ser retomadas. Não
149 havendo mais manifestações, passou-se para a resolução do item “b”, que tratava da
150 criação da Câmara Técnica de Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento
151 Sustentável, sendo feita a leitura pela Sra. Jéssica Berbat, que destacou que o artigo 4º
152 foi questionado pelos membros da CTIL, e que o Sr. Victor Hugo Andrade, da
153 assessoria jurídica, iria elucidar sobre este artigo ao final da leitura. O Sr. Arnaldo Villa
154 Nova, da Associação Viva Lagoa, sugeriu que fosse criado um Grupo de Trabalho ao
155 invés de uma Câmara Técnica, devido ao primeiro ter um caráter mais dinâmico que o
156 segundo. O Sr. Eduardo Pimenta corroborou com a colocação do Sr. Arnaldo Villa, e
157 complementou que deveria ser discutido com mais calma o caráter permanente desta
158 Câmara Técnica. Por fim, foi falado que este assunto já havia sido discutido
159 exaustivamente nas reuniões anteriores, e a Plenária optou pela criação da Câmara
160 Técnica, e que não era essa a discussão em questão, e sim, a aprovação ou não da
161 resolução. Durante a leitura do artigo 4º, a Sra. Jéssica Berbat informou que, durante a
162 reunião da CTIL na qual foi discutida a resolução em questão, foi questionada se toda
163 nova entrada de instituição na Câmara Técnica, depois desta estar formada, deveria ou
164 não ser homologada pela Plenária. O Sr. Victor Hugo Andrade informou que analisou o
165 artigo, levando em consideração as observações feitas pela CTIL, e que o Regimento
166 Interno atual não era específico sobre essa questão. Desta forma, sugeriu que o artigo 4º
167 fosse mantido como estava redigido, pois estaria seguindo o que foi proposto na revisão
168 do Regimento Interno, e caso fosse feito de outra forma, o novo Regimento Interno,
169 também, deveria ser alterado, conforme a decisão da Plenária. Complementou que
170 algumas Câmaras Técnicas, não seguem este processo, sendo feita a homologação de
171 uma nova instituição por elas mesmas, e finalizou, recomendando que houvesse uma
172 padronização deste processo. O Sr. Arnaldo Villa lembrou que os membros das
173 Câmaras Técnicas deveriam ser membros do CBHLSJ, de toda maneira. O Sr. Emídio
174 Fernandes destacou que, até o momento, este não era o procedimento adotado e que,
175 inclusive, a validação da COOPASÃOJÃO na CTIL havia sido feita pelos próprios
176 membros da Câmara Técnica, não sendo homologada pela Plenária. Questionou, então,
177 se o procedimento correto caso uma instituição que tenha cadeira na Plenária
178 manifestasse interesse em compor alguma Câmara Técnica após a homologação das
179 instituições na Plenária de posse, seria essa homologação seria feita na Plenária. O Sr.
180 Victor Hugo Andrade reforçou que o Regimento Interno atual não é específico sobre
181 isso, e que, atualmente, cada Câmara Técnica estaria adotando posturas diferentes,
182 sendo necessário que houvesse uma uniformidade deste procedimento. A Sra. Marianna
183 Cavalcante concordou que deveria haver uma padronização do procedimento, e
184 comentou que, antes, tinha um entendimento equivocado de que as homologações
185 poderiam ser feitas nas próprias Câmaras Técnicas, compreendendo que o correto seria
186 a validação pela Plenária deste momento em diante. Sendo assim, questionou se as
187 instituições que já haviam sido homologadas pelas Câmaras Técnicas deveriam ser
188 colocadas em ponto pauta na próxima reunião de Plenária, para que fossem validadas
189 suas entradas. O Sr. Victor Hugo Andrade informou que não era necessário, pois
190 entendia que não havia prejuízo, e que era só o caso de padronizar para todas as
191 Câmaras Técnicas, levando em consideração que a proposta do novo Regimento Interno
192 seria de, justamente, adotar este procedimento. A Sra. Marianna Cavalcante ratificou

193 que o Regimento Interno atual não era específico sobre esta questão, o que causou a
194 confusão, e que, a partir daquela reunião, seria adotado o procedimento correto,
195 conforme proposto no novo Regimento Interno, de maneira a garantir a uniformização
196 nas Câmaras Técnicas. Assim, não houve alterações no artigo 4º da minuta de
197 Resolução do item “b”. O Sr. Luiz Teixeira questionou se naquela reunião teria a
198 indicação de membros para a Câmara Técnica em questão ou se ocorreria somente a
199 aprovação da criação desta. A Sra. Marianna Cavalcante informou que após aprovada a
200 criação da Câmara Técnica, deveria ser enviado, pelas instituições interessadas, um
201 ofício com as indicações de representantes para compô-la. O Sr. Leandro Coutinho
202 solicitou aos presentes que se manifestassem sobre a aprovação da Minuta de Resolução
203 do item “b”. Os seguintes representantes manifestaram-se a favor da aprovação da
204 resolução, via *chat*: O Sr. Arnaldo Villa (Associação Viva Lagoa); O Sr. Luiz Teixeira
205 (P.M.C.F); O Sr. Eduardo Pimenta (UVA); A Sra. Fernanda Peres (SAAE-RO). O Sr.
206 Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 – Iguaba Grande). Não havendo
207 oposição, a minuta de Resolução do item “b”, que cria a Câmara Técnica de
208 Restauração Florestal, Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, foi aprovada.
209 Prosseguiu-se para a minuta de Resolução do item “c”, que cria o Grupo de Trabalho
210 para Análise de Estudos sobre Transposição (GT Transposição), com a Sra. Jéssica
211 Berbat fazendo a leitura do documento e ressaltando que os textos em vermelho eram as
212 sugestões de alterações feitas pela CTIL. O Sr. Leandro Coutinho destacou a
213 importância deste Grupo de Trabalho, comentando que os membros que iriam compô-la
214 teriam grandes responsabilidades no estudo das questões sobre a transposição. O Sr.
215 Eduardo Pimenta fez suas considerações, salientando os problemas com lançamentos de
216 efluentes irregulares no município de Cabo Frio. Sendo seguido pelo Sr. Leandro
217 Coutinho que ressaltou que sofriam com os mesmos problemas em Iguaba Grande,
218 principalmente no período de sazonalidade, na qual havia um aumento considerável da
219 população na cidade, e que eram esperadas soluções, por parte da Prolagos, de forma a
220 priorizar metas e prazos para atender a estas demandas e também por parte do
221 FUNDRHI, por meio das outorgas de recursos hídricos, para que fossem promovidos os
222 investimentos necessários. As seguintes instituições manifestaram-se a favor da
223 aprovação da criação do Grupo de Trabalho, via *chat*: O Sr. Arnaldo Villa (Associação
224 Viva Lagoa); A Sra. Gabriela Negreiros (PROLAGOS); A Sra. Ana Paula Araújo
225 (FIPERJ); o Sr. Leandro Coutinho (Colônia de Pescadores Z-29 – Iguaba Grande); O
226 Sr. Diego Moraes (OAB-Iguaba Grande); O Sr. Evanildo (P.M.A.B); A Sra. Fernanda
227 Peres (SAAE-RO); O Sr. Luiz Teixeira (P.M.C.F). O Sr. Pedro Paulo, da Associação
228 Raízes, abordou sobre a homologação das instituições nas Câmaras Técnicas pela
229 Plenária, uma vez que as reuniões acontecem a cada três meses, ou mais, e as reuniões
230 das Câmaras Técnicas acontecem com uma frequência maior, podendo causar certo
231 “prejuízo” às Câmaras Técnicas, indagando se seria convocada uma reunião
232 extraordinária somente para a homologação da entrada das instituições. O Sr. Leandro
233 Coutinho ressaltou que o ponto principal da discussão era a padronização do processo
234 nas Câmaras Técnicas, e que a colocação do Sr. Pedro Paulo foi bem pertinente,
235 questionando aos demais membros se gostariam de se manifestar sobre o assunto, para
236 que fosse decidida a melhor forma de viabilizar este processo. O Sr. Victor Hugo
237 afirmou que não haveria prejuízos, uma vez que, na criação das Câmaras Técnicas e nas
238 eleições da Plenária, feitas a cada biênio, as instituições indicam seus representantes
239 para compô-las. Acrescentou, ainda, que para compor uma Câmara Técnica era preciso
240 ter comprometimento com todos os assuntos que seriam debatidos, e não apenas quando

241 o assunto fosse do seu interesse e, depois de sanado, os representantes não frequentarem
242 mais as reuniões, como estava acontecendo atualmente. Relembrou que este assunto já
243 havia sido debatido em todas as Câmaras Técnicas, na revisão do Regimento Interno do
244 CBHLSJ, e as mesmas definiram que o procedimento a ser adotado, seria a
245 homologação da entrada de novas instituições nas Câmaras Técnicas pela Plenária, e
246 caso fosse mudado o posicionamento, o novo Regimento Interno deveria ser alterado
247 também. O Sr. Emídio Fernandes expressou que a preocupação maior eram as
248 instituições que, por motivos particulares, não puderam indicar um representante
249 naquele primeiro momento, pois estas teriam que aguardar a próxima reunião de
250 Plenária, uma vez que o espaçamento entre elas é grande. O Sr. Arnaldo Villa propôs
251 que as instituições poderiam participar das reuniões das Câmaras Técnicas como
252 ouvinte e, na próxima reunião de Plenária após sua entrada, seria ratificada sua
253 participação, o que atendia todas as proposições feitas pelos demais membros
254 anteriormente. Assim, esta proposta foi aceita pelos representantes presentes. Ainda
255 sobre a minuta de Resolução do item “c”, foi abordado o artigo 2º, que tratava da
256 composição do Grupo de Trabalho, observando-se as considerações feitas pela CTIL,
257 em que deveria ser respeitada a paridade de seus membros. O Sr. Arnaldo Villa
258 questionou a necessidade dessa paridade, sendo sugerida pelo Sr. Luiz Teixeira a
259 seguinte redação para o artigo 2º, “devendo, preferencialmente, ser respeitada a
260 paridade”. A proposta do Sr. Luiz Teixeira foi aceita pelos representantes presentes.
261 Questionados sobre o número de membros para o Grupo de Trabalho em questão, a
262 Plenária definiu o número mínimo de três membros. Em seguida, as seguintes
263 instituições manifestaram interesse em participar do Grupo de Trabalho para Análise de
264 Estudos sobre Transposição, via *chat*: Associação Raízes; Colônia de Pescadores Z-29 –
265 Iguaba Grande; Universidade Veiga de Almeida; Secretária de Meio Ambiente de
266 Búzios; Associação de Pescadores Artesanais e Amigos da Praia da Pitória; Prolagos;
267 Secretária de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia; Concessionária Águas de
268 Juturnaíba; Secretária de Meio Ambiente de Cabo Frio. Prosseguindo para a minuta de
269 Resolução do item “d”, que criava o Grupo de Trabalho para Revisão dos Mecanismos e
270 Valores de Cobrança (GT Cobrança), o Sr. Leandro Coutinho contextualizou o motivo
271 da sua criação, explicando que surgiu de uma demanda do Grupo de Acompanhamento
272 do Contrato de Gestão. A Sra. Marianna Cavalcante elucidou que um dos instrumentos
273 do Contrato de Gestão é a cobrança, e a ideia da criação deste Grupo de Trabalho seria
274 reunir um corpo técnico para discutir os mecanismos atuais que o CBHLSJ praticava na
275 cobrança, levando-se em consideração os valores de PPU e, também, as fórmulas de
276 cobrança, sendo estas competências do Comitê. Esse GT visaria verificar se as
277 necessidades da Região Hidrográfica VI são atendidas, no que se refere à cobrança de
278 captação e lançamento de efluentes. O Sr. Eduardo Pimenta destacou o conhecimento da
279 Sra. Marianna Cavalcante sobre o assunto em questão, sugerindo que a mesma lidere
280 este Grupo de Trabalho. O Sr. Leandro Coutinho relembrou da contribuição da Sra.
281 Moema, do INEA, no passado, sugerindo que a mesma fosse convidada a contribuir nos
282 assuntos que forem abordados neste Grupo de Trabalho. A Sra. Marianna Cavalcante
283 informou somente um membro do Comitê poderia estar à frente de um Grupo de
284 Trabalho, contudo, como representante da Entidade Delegatária, estaria contribuindo
285 nas discussões, inclusive com contribuições técnicas. Em seguida, a Sra. Jéssica Berbat
286 fez a leitura da minuta de resolução, pontuando as sugestões de alterações feitas pela
287 CTIL, e questionou se o artigo 2º desta minuta de resolução seguiria o contexto do da
288 minuta de resolução do GT Transposição. Devido essas minutas de resolução tratarem

289 de Grupos de uma mesma instância, foi decidido que ambos teriam o mesmo texto no
290 artigo 2º, sendo, assim, foi aprovada a minuta de resolução do item “d”. Logo após, as
291 seguintes instituições manifestaram interesse em compor o Grupo de Trabalho para
292 Revisão dos Mecanismos e Valores de Cobrança, via *chat*: Universidade Veiga de
293 Almeida; Prolagos; Secretária de Meio Ambiente de Cabo Frio; Secretária de Meio
294 Ambiente de Búzios. Foi questionado aos presentes se teriam algum assunto a ser
295 tratado em Assuntos Gerais. Não havendo manifestações, o Sr. Eduardo Pimenta e o Sr.
296 Leandro Coutinho agradeceram a participação de todos e finalizaram a reunião. Deste
297 modo, eu, Samara M. P. da H. Barros, sob supervisão de Jéssica Cavalcante Berbat,
298 lavro a presente Ata, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de
299 Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia
300 Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 28 de
301 julho de 2020.



EDUARDO GOMES PIMENTA
Presidente do CBH Lagos São João